

PLANO DIRETOR

ÁGUAS DA PRATA

Plano Executivo de Trabalho e de Mobilização

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA
Estado de São Paulo

Agosto de 2023





Regina Helena Janizelo Moraes
Prefeita Municipal

Ângelo Roberto de Oliveira
Vice-Prefeito

Dario Batista Oliveira da Silva e Andrade
**Assessor de Fiscalização Geral de Serviços -
Responsável Técnico**

Murilo Bolognese de Andrade
Engenheiro Civil - Responsável Técnico

Gisele Cristina Valim Bovo
Secretária de Assuntos Jurídicos

Paulo Vicente da Silva
Secretário de Administração e Fazenda

Tatiana Soares de Araújo e Gimenez
Secretaria de Turismo e Cultura

Silvana Junqueira Marzola Müller
Secretaria de Educação

Gregory da Cruz dos Santos
Secretaria de Esportes e Lazer

Júlio Cesar Camargo
Secretário de Gabinete

Igor Berth Benevides
**Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e
Abastecimento**

José Benedito de Freitas Oliveira
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Valdelene Silva Jesus
Secretaria de Promoção e Assistência Social

Maria Carolina Rehder Regini da Silva
Secretaria de Saúde

Ana Carolina Silvanto de Almeida
Chefe da Seção de Tributação

Consultoria  **HIPER AMBIENTAL**

CONTRATO ADM. Nº. 057 / 2023

EQUIPE DE TRABALHO:

Daniel Zapaterra Pavarin

Engenheiro Civil

Me. Luciani Maria Vieira Rocha

Arquiteta e Urbanista

Me. Cristian Roberto Nazareth Lisboa

Arquiteto e Urbanista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.....	8
2.1. Estruturação do processo.....	11
3. DESCRIÇÃO DA ETAPAS.....	15
3.1. Etapa 1- Elaboração do Plano Executivo de Trabalho.....	15
3.2. Etapa 2- Leitura da Realidade Municipal.....	16
3.3. Etapa 3 - Elaboração de Propostas e Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor.....	19
3.4. Cronograma Geral.....	22
4. PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	23
4.1. Atividades previstas e eventos do processo participativo.....	28
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	34

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Plano Executivo de Trabalho e de Mobilização, que cumpre a entrega do produto da primeira meta e integra o processo de elaboração do Plano Diretor de Águas da Prata, estado de São Paulo, e constitui o objeto do Contrato Administrativo nº 057/2023 firmado entre a empresa Hiper Ambiental. e a Prefeitura Municipal de Águas da Prata, SP, em atendimento ao Termo de Referência.

Trata-se de um documento preliminar que apresenta a metodologia, cronograma de trabalho a ser empregado ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor, e os produtos a serem entregues. Também cita o processo participativo, contendo o plano de comunicação e mobilização, apresentando as atividades a serem praticadas para sensibilização da comunidade e respectiva participação em diversos eventos e formas de atuação para a efetiva participação democrática no processo.

O Plano Diretor é obrigatório para municípios enquadrados em certos critérios, como por exemplo, as cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou as cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, que é o caso de Águas da Prata.

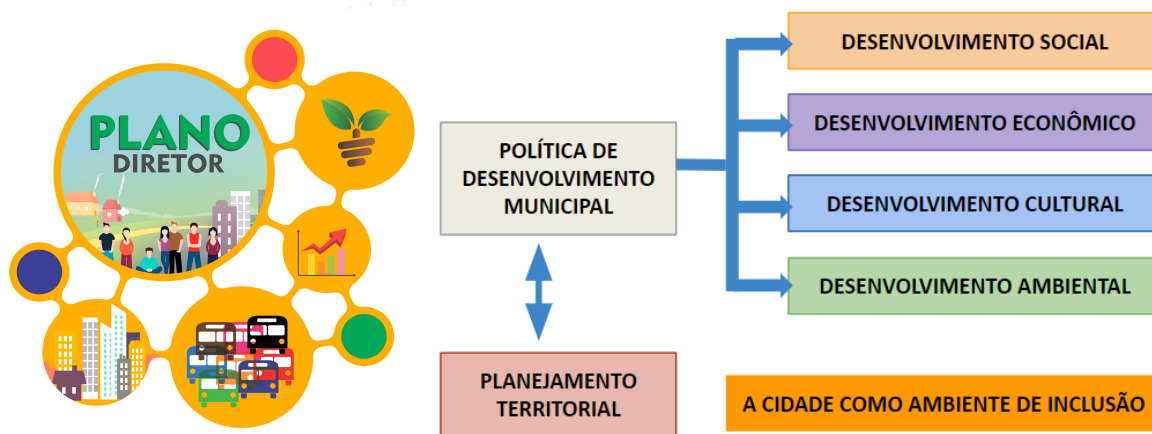
Entretanto, para além da obrigatoriedade, o Plano Diretor é uma ferramenta fundamental para o ordenamento do território no processo de expansão urbana, bem como, é um elemento fundamental para o desenvolvimento do município nas áreas atualmente relevantes, como por exemplo o turismo pelas qualidades das Águas Minerais, pelas belas paisagens montanhosas ou pela Rota do Caminho da Fé.

O Plano Diretor é uma Lei Municipal aprovada na Câmara Municipal, criada com a participação da sociedade civil para organizar o crescimento e o funcionamento da cidade e tem como objetivo definir a função social da cidade e da propriedade e promover o desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental por meio da gestão democrática.

A Constituição Federal (CF) de 1988 tornou obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, considerando-o instrumento da política de desenvolvimento e da expansão urbana. A Constituição do Estado de São Paulo estendeu a obrigatoriedade a todos os municípios paulistas, independentemente de seu porte. Assim, cabe ao município a responsabilidade pela política urbana com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Os municípios, todos autônomos a partir de 1988, passaram a ter sua própria Lei Orgânica (elaborada pela Câmara de Vereadores) e tornou-se garantia constitucional a participação popular na gestão da coisa pública e na proposição de leis. A CF de 1988 promoveu ainda a descentralização por meio da reforma tributária - que ampliou os recursos municipais - e atribuiu autonomia aos Estados e municípios para a formulação de políticas públicas específicas.

Em julho de 2001, foi promulgada a Lei nº 10.257, Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, regulamentando os diversos instrumentos de planejamento urbano e consolidando a participação social na gestão do planejamento das cidades, desde o início de suas primeiras fases: avaliação da situação, identificação de problemas e fixação de objetivos e prioridades.



fonte: <https://www.cnm.org.br>

fonte: adaptado de SEBRAE (2006)

Figura 1- Plano Diretor diagramas

Para compor o aparato legal do ordenamento territorial urbano e rural, serão adotados neste documento os seguintes marcos legais:

- Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que abarca um conjunto de princípios, diretrizes e instrumentos para atingir as finalidades desejadas para uma política urbana local, a partir de um processo público e democrático. Os instrumentos são para assegurar a função social da propriedade urbana, a regularização fundiária, a gestão democrática, a política urbana, tributários e financeiros, jurídicos e políticos;
- Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/1979), que trata da divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e fracionamento, sempre mediante aprovação municipal;
- Resolução Nº 25, de 18 de março de 2005, que trata de emitir orientações e recomendações do Conselho das Cidades -Ministério das Cidades;
- Resolução Nº 34, de 01 de julho de 2005, que trata de emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;
- Lei Federal Nº 12. 587/2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, direcionada à proposição de diretrizes e soluções para o trânsito, o transporte e o uso compartilhado das vias;
- Normas específicas contidas na lei sobre o sistema nacional de recursos hídricos – Lei Nº 9.433/1997, nos códigos civil, florestal e tributário.

Neste contexto, os principais objetivos do processo participativo de elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal de Águas da Prata devem ser:

- Compreender os principais elementos da dinâmica do desenvolvimento de Águas da Prata, as decisões referentes ao crescimento da cidade e do orçamento público, as formas de organização na produção da cidade compreendendo a especificidade do município, a confrontação do contexto social, político, econômico e territorial nas várias fontes documentais e de pesquisa;
- Apresentar meios de divulgação do processo do Plano Diretor, identificando os atores envolvidos e o nível de participação nas decisões, assegurando um amplo processo

participativo;

- Sensibilizar a sociedade para a importância de ter uma opinião sobre o futuro da cidade;
- Levantar alternativas para ampliar os atuais ganhos de desenvolvimento econômico, potencializando a melhoria da qualidade de vida urbana, social e ambiental;
- Fazer a leitura do território, traçar objetivos e diretrizes, assim como estratégias e instrumentos para alcançá-los.

A seguir, este documento da Etapa 1 – Plano Executivo de Trabalho e de Mobilização apresentará o planejamento do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, onde serão descritas a metodologia de trabalho, as etapas e todas as atividades a serem realizadas no decorrer do contrato, conforme segue:

- A Metodologia de trabalho, onde se apresenta os referenciais teóricos e a estruturação do processo, as atividades a serem realizadas no processo de elaboração do plano, seguindo o contido no Termo de Referência, e adaptações realizadas em reunião de alinhamento inicial entre a equipe da consultoria e prefeitura municipal;
- A Descrição das Etapas, detalhando as atividades a serem realizadas no processo participativo, os produtos a serem entregues, onde se especificam os documentos a serem desenvolvidos e entregues, especificando as suas características de forma, conteúdo e prazos, em observância ao Termo de Referência e adaptações acordadas;
- O Plano de Mobilização Social, onde se indica a constituição das equipes de trabalho; os eventos serem realizados, com a indicação prévia dos atores sociais que deverão se fazer presentes; bem como o plano de comunicação e mobilização da sociedade para o pleno processo de elaboração do plano diretor;
- O Cronograma Geral, o cronograma físico de execução das atividades, contemplando os períodos previstos para a entrega dos produtos e realização dos eventos.e, por fim, as Referências Bibliográficas

O documento entregue deve ser apreciado pelas comissões técnicas e de acompanhamento do processo de elaboração do Plano Diretor, denominados Núcleo Gestor e Coordenadoria Executiva, conforme indicado no Termo de Referência.

2. METODOLOGIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Os Planos Diretores são o instrumento básico da política urbana e devem ser considerados como a construção de um pacto entre o poder público e todos os setores da sociedade para o desenvolvimento e melhora da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Com o Estatuto da Cidade, a participação social na elaboração e revisão dos Planos Diretores tornou-se ponto relevante, pressupondo a participação efetiva de todos os cidadãos e qualidade dos processos.

Com o Plano Diretor em mãos e as demais leis que o acompanham, como o zoneamento e uso e ocupação do solo, diretrizes viárias, parcelamento do solo e outras, é necessário o acompanhamento da execução do Plano Diretor e monitoramento dos resultados das políticas propostas.

Para que todos os envolvidos no poder público e toda a sociedade trabalhem no sentido de alcançar os melhores resultados na busca da qualidade de vida de todos é preciso criar um ambiente propício para a cooperação entre os diversos grupos políticos, baseados no diálogo e resolução de conflitos, com o compromisso da solução dos problemas de todas as pessoas nas mais variadas necessidades.

Além do marco institucional, conforme afirma Goulart (2008), são importantes para assegurar que os processos sejam de fato participativos, a conduta do governo e a capacidade de organização autônoma da sociedade civil. Contudo as políticas públicas participativas guardam o potencial da construção de um ambiente democrático com a participação de novos atores, além dos agentes governamentais e dos grupos tradicionalmente influentes.

Além dos técnicos em cada secretaria e departamento que se ocupam em garantir a execução das políticas públicas, a gestão necessita de apoio de equipes multidisciplinares que envolvam técnicos municipais e contem com a participação da sociedade civil que se dediquem ao estudo de temas específicos, para ter maior possibilidade de análise e de propostas inovadoras em determinadas áreas, sendo que cada realidade municipal pode demandar temas específicos.

De uma forma simplificada o processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor Municipal

se desenvolve em quatro etapas básicas, todas considerando a participação da sociedade civil, que são de responsabilidade do Poder Executivo:

- I. Preparação do Processo: sensibilização inicial, capacitação e planejamento executivo do trabalho com detalhamento de todas as atividades;
- II. Diagnóstico Municipal: Leitura técnica e comunitária da realidade, sua caracterização urbana e rural do município;
- III. Definição e Pactuação das Diretrizes e Propostas
- IV. Elaboração das Minutas dos Projetos de Leis

O material preparado é enviado pelo Poder Executivo para a Câmara Municipal, que aprecia e aprova o Plano Diretor, podendo propor alterações e emendas. O Plano aprovado é encaminhado para sanção do executivo.

Em seu artigo 40, § 4º, o Estatuto da Cidade (2001) determina que:

No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Portanto, a participação popular é um processo contínuo que perpassa todas as etapas de elaboração do plano e se consolida enquanto um exercício de cidadania, a saber:

Audiências públicas e os debates

As audiências públicas são muito importantes no processo, como forma de garantir a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, além de seu valor simbólico como expressão de identidade e cidadania, representa o reconhecimento político pela sua inserção na lei.

Este encontro do governante local com os cidadãos envolvidos e as representações da sociedade civil pressupõem um convite à participação, comunicação, informação, debate, discussão, avaliação e prestação de contas.

O processo participativo é um exercício que exige dos governos disposição á uma participação efetiva da população e da sociedade civil organizada, construindo uma parceria que permita o desenho de novas formas de ação coletiva na construção de um município mais acolhedor e comprometido com a qualidade de vida de seus cidadãos.

É preciso garantir participação coletiva em todo o processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor, desde sua formulação até sua avaliação, aprovação e implementação, tomando o cuidado de não transformar as audiências em eventos que configurem apenas o momento de iniciar uma ação exigida por lei ou de referendar um projeto pronto.

Um governo comprometido com a democracia e a participação efetiva da sociedade com os diversos grupos, categorias, movimentos, associações, igrejas e conselhos definem comitês temáticos, grupos de discussão e planos de trabalho, que são incorporados ao processo de elaboração do Plano Diretor, construindo um pacto para o benefício de todos os cidadãos no Plano Diretor.

Cada município, conforme sua realidade, prevê as etapas necessárias para a realização do processo, de forma a cumprir estas etapas básicas, especificando equipe necessária, tempo de duração do processo e produtos a serem entregues, e garantia de que o processo ocorra de forma participativa.

No caso do município de Águas da Prata, a elaboração do Plano Diretor prevê três etapas no Termo de Referência, cada uma com objetivo de atingir as seguintes metas:

- (Etapa 1) META 1 - Elaboração da Metodologia e Mobilização Social;
- (Etapa 2) META 2 - Leitura da Realidade Municipal (Leitura Técnica e Leitura Comunitária);
- (Etapa 3) META 3 - Elaboração de minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo, de Minutas dos Projetos de Lei de regulamentação dos instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários previstos no Plano Diretor e diretrizes para sua implementação.

A elaboração do Plano Executivo e de Mobilização Social para o desenvolvimento do processo de elaboração do Plano Diretor foi construído pela equipe técnica, em conjunto com os técnicos municipais, com base no termo de referência, que detalha cada etapa, com atividades previstas, formas de participação da sociedade, tempo de duração previsto e produtos a serem entregues.

2.1. Estruturação do processo

A estruturação do processo ocorreu com a primeira reunião presencial junto a Prefeita Municipal, Regina Helena Janizelo Moraes e todo o Secretariado, no dia 13 de julho, em que a equipe técnica contratada promove uma explanação sobre o tema do Plano Diretor, como deve ser feito, qual o conteúdo mínimo, a importância da garantia da participação da sociedade, explicando as etapas previstas no termo de referência e conduzindo para o alinhamento sobre quais os passos a serem tomados na construção do processo.

Nesta reunião se estabeleceram os caminhos para a criação de uma comissão de acompanhamento do processo, por meio de decreto de nomeação do Núcleo Gestor, envolvendo poder executivo, legislativo e sociedade civil, e da Coordenação Executiva que irá acompanhar o desenvolvimento do processo e validar as entregas, realizadas pela equipe contratada, dos produtos determinados como metas em cada etapa.



Figura 2- Reunião de alinhamento para estruturação do processo com Prefeita e Secretariado em 13/07/2023

A equipe orientou sobre a necessidade de criação de meios de divulgação, como um site específico para o Plano Diretor, um logo e slogan, etc. No dia 25/07 foram realizadas três reuniões de modo virtual, uma com o Secretariado e Prefeita, para tratar do cronograma e fixar as datas de Lançamento Público, Audiências e Oficinas, e duas para orientação específica às Secretarias de Comunicação e Assuntos Jurídicos, para tratar com cada uma sobre a criação de site, logo e slogan, e a elaboração do decreto de nomeação do Núcleo Gestor, respectivamente.

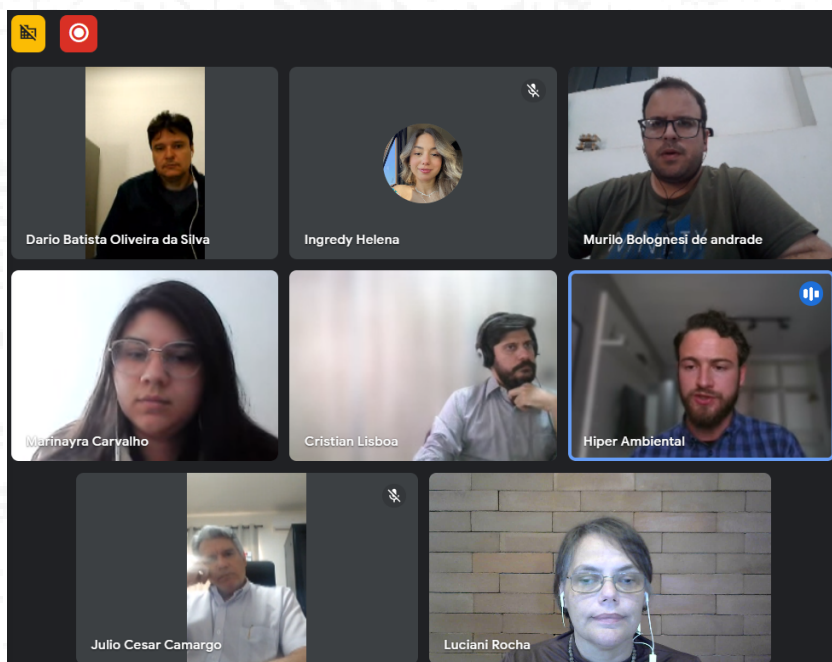


Figura 3 - Reunião sobre site, canais de comunicação e logo do Plano Diretor

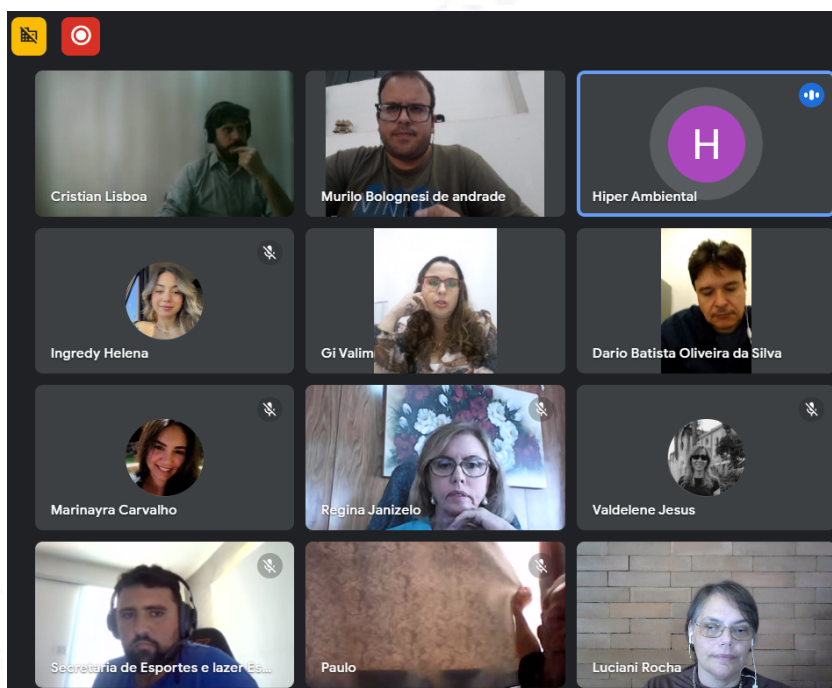


Figura 4 - Reunião sobre elaboração de decreto de nomeação do Núcleo Gestor

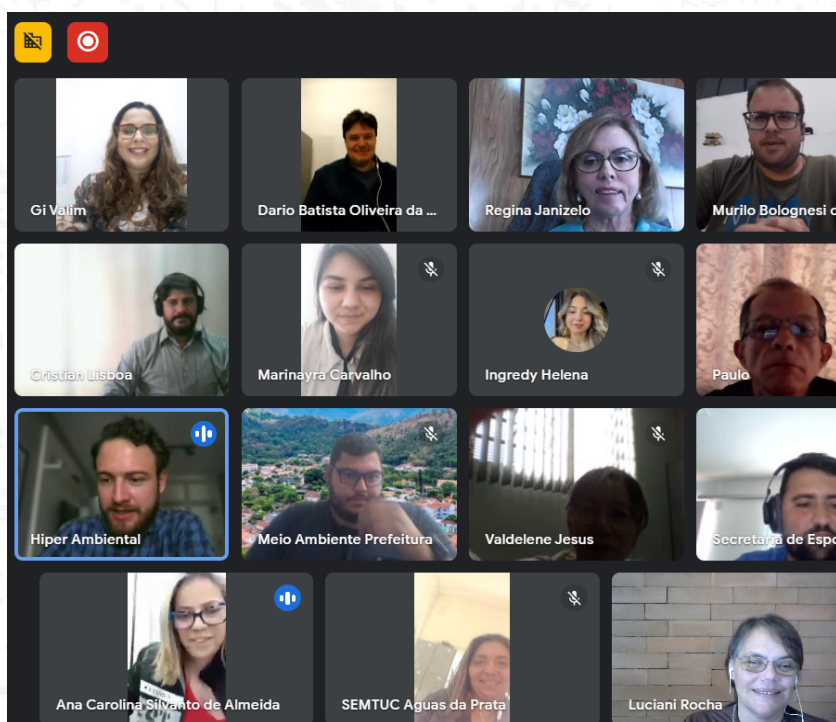
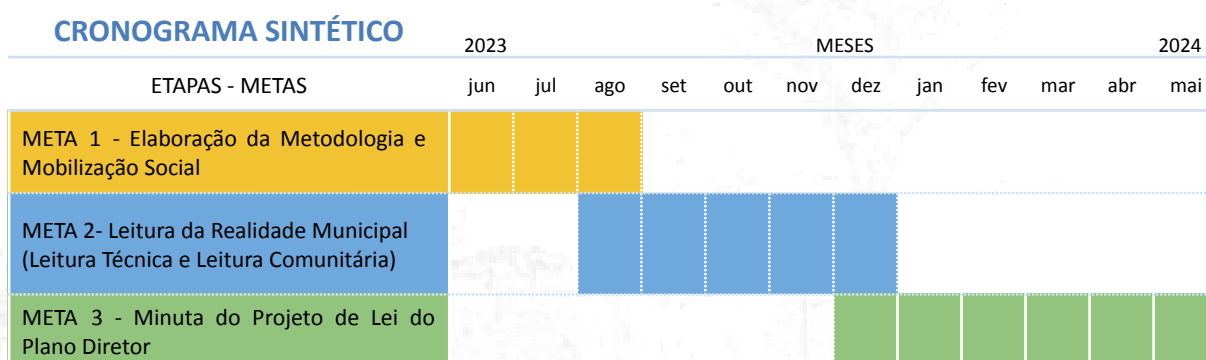


Figura 5 - Reunião para definição do Cronograma

Com todos os encaminhamentos definidos para a criação do site, logo e slogan do Plano Diretor, bem como do decreto com a nomeação do Núcleo Gestor, uma nova reunião ficou agendada para conferência do andamento do processo.

De acordo com o termo de referência, o tempo previsto para o desenvolvimento das três etapas do processo participativo é de doze meses, conforme tabela abaixo.



O próximo capítulo apresenta detalhadamente todas as atividades para o cumprimento das etapas e alcance das metas e prazos estipuladas no termo de referência. Todas as atividades para a condução do processo participativo estão organizadas em cronograma, conforme aprovado em 25;07, com datas previstas para audiências e entrega dos produtos definidos

para cada uma das três metas. No decorrer do desenvolvimento as datas previstas poderão ser ajustadas caso necessário.

3. DESCRIÇÃO DA ETAPAS

A elaboração do Plano Diretor está estruturada em 3 etapas, que vão desde a montagem da comissão de acompanhamento do Plano Diretor e coleta de informações, passando pela escolha das propostas que surgirão, até a elaboração do projeto de lei para discussão na câmara municipal. As etapas se dividem em:

Etapa 1: Elaboração da Metodologia e Mobilização Social;

Etapa 2: Leitura da Realidade Municipal;

Etapa 3: Elaboração de Propostas e Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor

A primeira etapa concerne a reuniões preparatórias com a equipe técnica contratada, e a nomeação por decreto de uma comissão de acompanhamento do Plano Diretor. São encaminhadas ações necessárias para o bom andamento dos trabalhos e garantia de transparência e participação da sociedade civil.

3.1. Etapa 1- Elaboração do Plano Executivo de Trabalho

Esta etapa refere-se à sistematização dos trabalhos e da metodologia a ser empregada na Leitura Técnica e Leitura Comunitária, escolha dos meios de comunicação para participação da população, preparação e lançamento do sítio virtual destinado a divulgar informações sobre o andamento dos trabalhos, elaboração de questionário virtual a ser disponibilizado aos cidadãos e realização de uma oficina de capacitação para a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor.

A comissão de acompanhamento é denominada pelo Termo de Referência como Núcleo Gestor, formalizada por meio de decreto municipal, composta pelos secretários e técnicos do executivo, membros do legislativo e da sociedade civil.

Entre os participantes será formada uma Coordenação Executiva, que irá acompanhar cada passo, auxiliar e validar os trabalhos e produtos entregues pela equipe contratada.

Nesta etapa as atividades a serem realizadas foram discutidas entre a equipe contratada, Prefeita e Secretários, com objetivo de definir os meios de comunicação e datas previstas para os eventos públicos, sendo possível elaborar o cronograma geral para o desenvolvimento do trabalho, que será divulgado à população por meio do site do plano diretor e outros meios, apresentados no Plano de Mobilização Social.

Entre os eventos públicos estão o lançamento do Plano Diretor; a enquete virtual; uma audiência pública e uma oficina temática para o diagnóstico; uma audiência pública para discussão da Proposta Técnica para o Plano Diretor.

Além disso, a população terá acesso aos relatórios e documentos produzidos que serão disponibilizados no site do plano diretor.

Todas as etapas do processo e atividades previstas no processo estarão no Cronograma Geral apresentado no final deste capítulo e todas as formas de participação estarão detalhadas do plano de mobilização social apresentado no capítulo quatro.

Conforme o termo de referência a meta a ser cumprida nesta etapa é: a Elaboração da Metodologia e Mobilização Social

O Produto a ser entregue é este **Relatório do Plano Executivo de Trabalho e Mobilização Social**, que deve conter Metodologia apresentando métodos de levantamento, sistematização e registro das informações municipais, critérios de mobilização da população, monitoramento e avaliação social, assim como programação das Audiências Públicas.

A segunda etapa diz respeito ao início da execução dos trabalhos. A leitura técnica é realizada de acordo com os dados oficiais disponíveis pelas diversas instâncias de governo. A leitura comunitária nesta etapa será feita por meio do questionário virtual.

3.2. Etapa 2- Leitura da Realidade Municipal

Esta etapa compreende identificar bem a realidade da cidade e seus problemas, escolhendo os temas e os objetivos a serem trabalhados que irão orientar a proposta do Plano Diretor, com objetivos no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.

De acordo com o termo de referência, a meta para esta etapa é a Leitura da Realidade Municipal, que é a combinação da **Leitura Comunitária** com a **Leitura Técnica**. Realizar os levantamentos e coleta de dados e informações diversas com objetivo de constituir a base necessária para a elaboração de uma proposta sólida de Plano Diretor.

A leitura técnica é o diagnóstico do município feito pela empresa técnica contratada e técnicos municipais, com base nos dados oficiais dos órgãos federais e estaduais, além de outros existentes na Prefeitura Municipal.

O produto da leitura técnica a ser entregue será o **Relatório Diagnóstico Municipal Preliminar**, por meio da realização de atividades que abrangem: Coleta de dados municipais e Informações; Análise da legislação urbana existente e Mapeamento.

Os dados obtidos por meio da coleta das informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura disponíveis sobre a área rural e urbana do município, são comparados e analisados. O resultado da leitura técnica considerará a primeira participação da população por meio da enquete virtual e será apresentado por meio de gráficos, tabelas e mapas temáticos, que possibilitará a visualização espacial da realidade do município.

Depois da leitura técnica, será realizada a leitura comunitária, que pretende identificar os problemas, as potencialidades e os conflitos apontados pela população.

A leitura comunitária é o resultado das impressões sobre o município fornecido pela população urbana e rural, composta pelos empresários, profissionais, trabalhadores, estudantes, ONGs, associações, igrejas, conselhos, clubes de serviço, maçonaria, grupos de jovens, sindicatos etc.

Os eventos públicos para a participação da sociedade serão a primeira **Audiência Pública** e as **Oficinas Temáticas**.

O objetivo principal da primeira **Audiência Pública** é demonstrar os motivos, importância e cronograma do Plano Diretor, apresentar os principais dados relativos ao município de Águas da Prata e sobretudo ampliar o processo participativo da sociedade por meio das atividades programadas.

A metodologia proposta será o Mapa Falado, onde os participantes se reúnem em mesas para discutir e marcar no mapa a percepção da realidade local no território, com auxílio de perguntas norteadoras e uma última para a manifestação dos grupos de trabalho.

Cada grupo descreve as ideias e propostas discutidas pelo grupo, que serão apresentadas e entregues ao final da atividade. O desenvolvimento da atividade terá o apoio de técnicos da prefeitura e equipe contratada.

As **Oficinas Temáticas** tem o objetivo de realizar uma construção coletiva do Diagnóstico Municipal considerando as percepções dos cidadãos, por meio de discussão dentro de eixos temáticos, em um exercício de visão de futuro, com vistas a ampliar o processo participativo da sociedade.

Os participantes se organizam em grupos e cada grupo discute com o apoio de perguntas norteadoras para cada eixo temático, apontando os pontos positivos e negativos, e indicando propostas para resolver os problemas apontados. Os resultados serão apresentados ao público pelos grupos que entregam o material produzido ao final da atividade.

A princípio, estão previstos cinco eixos para a discussão e sistematização das contribuições:

- Eixo 1 (vocações econômicas, desenvolvimento rural);
- Eixo 2 (saúde, desenvolvimento social);
- Eixo 3 (educação, cultura, esporte e lazer);
- Eixo 4 (expansão urbana, meio ambiente);
- Eixo 5 (infraestrutura urbana - saneamento, sistema viário, mobilidade)

Os resultados da audiência e oficinas temáticas serão organizados nos eixos, indicando as contribuições dos participantes, conforme a natureza das propostas ou problemas apontados. Serão elaborados mapas síntese com base nas contribuições feitas pelos participantes.

A sobreposição das leituras técnica e comunitária propiciará a comparação de visões sobre a realidade, possibilitando identificar as informações e referências convergentes e divergentes.

Desta forma o Relatório Diagnóstico preliminar será complementado com os resultados da

audiência e oficinas temáticas, gerando o **Relatório Diagnóstico Municipal Consolidado**, contendo a sistematização da Leitura da Cidade, com respectivos mapas elaborados, atas e relatórios fotográficos dos eventos públicos realizados

A terceira etapa compreende a definição e pactuação das diretrizes e propostas, através de reuniões de trabalho com a Comissão de Acompanhamento do PD e coleta das contribuições dos cidadãos enviadas por meio digital.

3.3. Etapa 3 - Elaboração de Propostas e Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor

De acordo com o termo de referência o objetivo desta etapa é a elaboração de minuta do projeto de lei do Plano Diretor participativo, de minutas dos projetos de lei de regulamentação dos instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários previstos no Plano Diretor e diretrizes para sua implementação.

Cada cidade tem características e questões próprias a serem observadas, os temas prioritários e os objetivos serão definidos conforme a observação das características e questões próprias de Águas da Prata e serão definidos após o estudo, levantamento e caracterização do município. Os dados levantados poderão identificar conflitos, problemas em relação a serviços, infraestrutura ou condições de vida urbana, assim como pode apontar potencialidades relevantes para o desenvolvimento da cidade.

As questões levantadas serão discutidas com a comunidade e caberá ao Plano Diretor especificar os objetivos para solucionar as demandas mais relevantes. Considerando esses aspectos, todos precisam discutir e pactuar sobre quais questões serão tratadas como Temas Prioritários sobre as particularidades de Águas da Prata, visando o desenvolvimento da cidade e sua reorganização territorial. Os temas poderão ser os mais variados, como a provisão de moradias, oferta de novos loteamentos, prevenir áreas de risco ou de interesse ambiental e cultural, dentre outros.

Esta etapa é dedicada à elaboração da Proposta Técnica Final, com a preparação de texto e mapas a partir das análises da equipe técnica contratada, em conjunto com os técnicos municipais e contribuições dos cidadãos.

A seleção das propostas será transformada em eixos e temas prioritários para o

estabelecimento de ações e metas a serem implementadas pelo Plano Diretor. O plano deverá destinar espaços e fixar parâmetros de urbanização que viabilizem e ordenem as atividades econômicas e estabelecer estratégias e políticas de incentivo às atividades consideradas prioritárias, geradoras de emprego e renda.

Todas as questões apontadas na etapa anterior demandam atenção e estas serão discutidas com a comunidade; no entanto, caberá ao Plano Diretor dar solução às demandas mais relevantes, pois este deverá garantir capacidade de intervenção, uma vez que tais ações em sua maioria dependem de recursos financeiros.

Considerando tais aspectos, a Comissão Municipal do Plano Diretor, a população e os demais envolvidos no processo de elaboração do Plano Diretor precisam discutir e pactuar sobre quais questões serão tratadas como Temas Prioritários. Ou seja, quais as particularidades de Águas da Prata serão tratadas no decorrer da elaboração do Plano Diretor e que deverão ser considerados aspectos relevantes para o desenvolvimento da cidade e sua reorganização territorial.

A título de ilustrar essa discussão, podemos supor como exemplos de Temas Prioritários ao município de Águas da Prata:

(Eixos 2 e 3) **Tema:** Patrimônio cultural ameaçado de degradação.

Objetivo: Conservar, proteger e estimular uso institucional e turístico no Centro Histórico.

Estratégias: Realizar o mapeamento dos edifícios históricos, tombamento, revitalização das edificações e entorno, propor usos como parque e museu municipal.

(Eixos 2 e 4) **Tema:** Patrimônio ambiental e natural ameaçado de degradação.

Objetivo: Proteger, conservar e estimular atividades turísticas na Orla do Rio da Prata

Estratégias: Delimitar as áreas a serem protegidas; rever a legislação; redirecionar as formas de ocupação que ameaçam o patrimônio, sendo o caso.

Os Temas Prioritários presentes no Plano Diretor de Águas da Prata deverão contemplar as dimensões ambiental, cultural, econômica e social, de forma integrada e com atenção às cidades vizinhas.

Desta forma, pactuados os Temas Prioritários, a próxima etapa consiste na definição dos

instrumentos e estratégias mais adequadas aos objetivos e características de Águas da Prata, as quais estarão contidas no Plano Diretor e vão guiar as ações realizadas em benefício do desenvolvimento do município.

Além disso, esta etapa também se refere à preparação do projeto de lei que será encaminhado à Câmara de Vereadores. Inclui também uma sugestão de adequação necessária à revisão da Lei de Ocupação e Uso do Solo, do Código de Posturas e da Lei Orgânica Municipal.

Assim os produtos entregues nesta etapa serão:

- **Relatório de Propostas Técnicas:** contendo Objetivos, Temas Prioritários, Instrumentos, Estratégias e Propostas, acompanhados dos respectivos mapas de localização e delimitação da aplicação dos instrumentos e das atas das Audiências Públicas realizadas.
- **Relatório de Investimentos Prioritários:** um Plano de Ações e Projetos Estruturantes, contendo a descrição das ações e projetos de desenvolvimento urbano de implementação prioritária para o Município.
- **Relatórios referente às minutas de Leis:**
 - a) **Minuta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo** e regulamentação dos instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários. mapas com as definições do Zoneamento e a identificação de áreas sujeitas à aplicação dos instrumentos urbanísticos apropriados para cada área.
 - b) **Relatório com sugestões de adequação da Lei de Ocupação e Uso do Solo, do Código de Posturas e da Lei Orgânica Municipal.**

A população ratifica as propostas do plano diretor por meio da 2ª audiência pública. Nesta audiência, poderá ser formado o Conselho da Cidade, órgão colegiado, composto por representantes do poder público e sociedade civil, responsável por acompanhar a implementação do Plano Diretor e orientar o desenvolvimento da política urbana do município.

Ao final do processo participativo de 12 meses, o projeto de lei do Plano Diretor consolidado

é preparado pelo executivo e enviado à Câmara Municipal, que por sua vez, discute e aprova o Plano Diretor. O Núcleo Gestor e Coordenação Executiva acompanham a tramitação do projeto de lei.

3.4. Cronograma Geral

CRONOGRAMA GERAL		MESES											
ETAPAS - METAS/ATIVIDADES	data	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
META 1 - Elaboração da Metodologia e Mobilização Social													
Reuniões preparatórias													
Cronograma de Atividades													
Núcleo Gestor e Coordenação Executiva (oficializado por decreto)													
Plano Executivo de Trabalho e de Mobilização - <i>Entrega</i>	15/08			X									
META 2- Leitura da Realidade Municipal (Leitura Técnica e Leitura Comunitária)													
Lançamento do Plano Diretor	14/09				X								
Lançamento da Enquete online de Consulta Popular													
Oficina de Capacitação com os Secretários e Técnicos Municipais													
Reuniões de trabalho e visitas técnicas													
Relatório do Diagnóstico Municipal (Preliminar) <i>Entrega</i>	15/12							X					
Audiência Pública	18/01 2024								X				
Oficinas Temáticas	19/01								X				
META 3 - Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor													
Consolidação do Diagnóstico													
Reuniões de trabalho													
Relatório de Propostas e Estratégias; Plano de Investimentos Prioritários; Minuta de Lei (Preliminar) <i>Entrega</i>	30/04											X	
Audiência Pública	16/05												X

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Este tópico apresenta o Plano de Comunicação e Mobilização Social para o processo de elaboração do Plano Diretor de Águas da Prata. A proposição deste documento vai ao encontro do Termo de Referência, cujo processo é de responsabilidade do município com o respaldo da equipe técnica contratada.

O Plano de Comunicação e Mobilização Social tem por finalidade viabilizar as condições necessárias para o exercício do direito pleno à participação dos cidadãos e cidadãs de Águas da Prata no processo de elaboração do Plano Diretor local.

Objetivo

O objetivo geral do Plano de Comunicação e Mobilização Social é dar suporte às questões necessárias para que cidadãos e cidadãs do município, suas diversas associações, organizações e entidades existentes na cidade, participem ativamente do processo de elaboração e das decisões que definirão o Plano Diretor.

Os objetivos específicos para este Plano de Comunicação e Mobilização Social se traduzem em:

- Orientar a municipalidade na implementação de processos de comunicação que permitam o conhecimento da dinâmica e dos conteúdos que serão produzidos ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor;
- Mapear e identificar atores, agentes e sujeitos individuais e coletivos para a participação direta em cada etapa da elaboração do Plano Diretor;
- Prever meios para divulgação e conhecimento de todo o processo e dos canais de participação da elaboração do Plano Diretor;
- Se valer de meios contemporâneos de divulgação e comunicação, com vistas a atingir toda a população de Águas da Prata;
- Incentivar o debate, acompanhamento e participação permanente dos gestores, agentes e técnicos municipais nas fases de elaboração do Plano Diretor.

Publicidade e o acesso livre aos documentos e informações produzidos

Todas as informações e documentos produzidos devem ser disponibilizados em formatos e linguagem de fácil acesso, de modo a permitir que a população identifique o assunto e perceba a que situação ou espaço se refere.

Simplificar a forma de apresentação dos documentos e das propostas sistematizadas traz transparência ao processo e propicia maior possibilidade para a manifestação de opinião e apresentação de soluções pelo cidadão.

Programas de rádio e outros meios de comunicação como o sítio virtual da prefeitura e mídias sociais podem ser utilizados para mobilizar e divulgar informações, assim como cartazes informativos e de chamadas à participação nas reuniões e grupos temáticos nos sindicatos, mercados, lojas, praças, igrejas, postos de saúde e escolas, além de outros locais da rede social existente.

Novos instrumentos de participação direta e representativa

O Estatuto da Cidade (2001), no artigo 43, também garante a gestão democrática por meio de conferências municipais sobre assuntos de interesse urbano e órgãos colegiados de política urbana, que têm a finalidade de expandir a intervenção coletiva e garantir a co-responsabilidade no novo desenho do município.

As conferências municipais são encontros coletivos, fóruns em que todas as organizações locais podem estar representadas, nos quais se discutem os grandes temas da cidade, os investimentos, e também se faz avaliação de todas as políticas públicas locais.

Os órgãos colegiados podem ser expressos pelo Conselho de Política Urbana no município, que deve contar com a participação do Poder Público e da sociedade, nos moldes dos outros conselhos existentes, com a função de participar na execução, fiscalização e implementação do Plano Diretor.

Das reuniões técnicas, oficinas e audiências públicas

Durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor de Águas da Prata serão realizadas reuniões técnicas, oficinas de capacitação e discussões e duas audiências públicas, etapas estas que auxiliarão na construção do plano.

A realização desses eventos se dará por meio de debates presenciais ou videoconferências, e-mails e outros, no intuito de orientar e capacitar todos os envolvidos na elaboração do Plano Diretor de Águas da Prata. O sistema organizacional destes eventos seguirá algumas orientações, tais como:

- A inscrição será feita por meio de lista de presença, com a devida identificação e consulta à lista dos participantes das reuniões anteriores (para isso, a cada plenária realizada, os nomes dos participantes serão lançados numa lista única para a consulta);
- Os presentes poderão ser divididos em grupos para discussão, realização de atividades e levantamento de propostas;
- Em todas as atividades e eventos os participantes deverão assinar a lista de presença para a sua inscrição e poderão participar propondo sugestões;
- Todas as proposições com o propósito de auxiliar na construção do plano poderão ser realizadas tanto escritas quanto oralmente;
- Durante a realização das atividades e eventos para manter o cronograma e o andamento dos trabalhos, os presentes poderão ter até 3 minutos de fala.
- Fica estipulado que as atividades e eventos poderão ser estendidas por até 50% do horário programado do seu término, passado esse tempo está deverá ser adiada e reiniciada em data a ser acordada.
- Será disponibilizado pela municipalidade um e-mail para receber contribuições e críticas da população;

As oficinas, reuniões técnicas e as audiências públicas serão amparadas por ferramentas de planejamento participativo e de contribuição no apoio pedagógico que as atividades exigem.

Os materiais para as dinâmicas participativas como mapas, materiais informativos, blocos de anotações e outros materiais serão utilizados para a devida interação, em especial na primeira audiência pública.

A dinâmica poderá se dar por meio de grupos de trabalho dependendo da necessidade do assunto e da quantidade de pessoas presentes.

Da sistematização das observações, críticas e propostas

A Prefeitura em parceria com a empresa contratada realizará toda a sistematização das observações, críticas e propostas coletadas ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor, desde o questionário às oficinas, reuniões de trabalho e audiências públicas realizadas.

Neste sentido, a sistematização das propostas tem por objetivo organizar, em um documento, as principais proposições apresentadas e discutidas ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor, agrupando-as em temas e assuntos análogos, que contribuirão para definir os temas prioritários, objetivos, metas, ações e projetos para o Plano Diretor de Águas da Prata.

Comunicação e ações de divulgação

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor, o objetivo essencial da comunicação é transmitir informação de interesse público aos cidadãos, estabelecendo uma relação entre o Município e a sociedade, contribuindo assim com o processo de formação de uma sociedade cidadã e democrática, na medida em que encurta distâncias sociais, amplia o diálogo e presta contas de maneira transparente e clara (adaptado de CNMP, 2017).

Deste modo, norteados pela Resolução nº 25 de 18 de março de 2005, deve-se ocorrer um amplo processo de comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis, bem como a publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

Logo do Plano Diretor de Águas da Prata

A logo do Plano Diretor será desenvolvida pelo Departamento de Comunicação da Prefeitura de Águas da Prata, com o objetivo de estabelecer uma identidade local e própria, bem como, para facilitar e potencializar a identificação da comunicação visual a ser realizada ao longo de todo o processo.

Cartazes

Como parte da estratégia de comunicação, a municipalidade deverá produzir panfletos e cartazes, fixando-os em locais estratégicos do município, a exemplo de postos de saúde, unidades de ensino, prédios públicos, na rodoviária, além de áreas que apresentem alto fluxo de pedestres.

A criação, impressão e distribuição dos panfletos e cartazes está a cargo da prefeitura, a qual deve contar com suas estruturas de governo para imprimir e distribuir o material que será produzido pelo seu Departamento de Comunicação com a assessoria da empresa contratada.

Propaganda

Para reforçar a comunicação e publicização do processo, serão selecionados os principais veículos locais de comunicação em massa, em que a municipalidade deverá contratar ou conseguir de forma espontânea realizar os anúncios para divulgar as datas para as reuniões, oficinas e audiências públicas que serão realizadas.

Caberá ao Departamento de Comunicação a seleção dos veículos de comunicação em massa presentes no município, bem como a elaboração das peças gráficas e informativas.

Mídias sociais e internet

Frente a rapidez e o acesso instantâneo às informações, é fundamental que o Plano Diretor de Águas da Prata esteja inserido nesse ambiente, portanto deverão ser utilizadas as plataformas digitais, as quais a Prefeitura Municipal já mantém (portal online e em mídia social oficial).

Assim sendo, a Prefeitura Municipal deverá criar um hot site dentro do seu portal existente, o qual terá a função de divulgar todas as notícias e informações relativas ao Plano Diretor.

Somando-se a esta estratégia, haverá a criação de um e-mail, ou algum outro canal, para aqueles interessados em manifestar-se ao longo de todo o processo de elaboração do Plano Diretor.

4.1. Atividades previstas e eventos do processo participativo

Seguindo os preceitos da gestão democrática recomendados pelo Estatuto da Cidade (2001) em seu inciso II, do artigo 2º, todas as ações e instrumentos devem ser pactuados e garantir à população a informação e meios para participação do processo de elaboração do Plano Diretor.

Neste sentido, as ações propostas neste documento priorizam a divulgação do Plano Diretor com o intuito de atrair a população para participar das Audiências Públicas, a participar com sugestões, ações e se posicionando acerca das questões que envolvem a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A título de fomentar o processo participativo, departamentos e assessorias serão acionadas no auxílio a mobilização e divulgação quanto a elaboração do Plano Diretor, uma vez que estes têm condições e competência para identificar os atores locais e lideranças de organizações sociais, comunitárias, comerciais, educacionais e políticas, atuantes na esfera local.

Esta metodologia baseia-se na interação entre todos os membros da sociedade de Águas da Prata, com o intuito de ampliar o debate acerca do planejamento urbano local e criar um ambiente pleno, capaz de estabelecer um diálogo construtivo nos mais diferentes segmentos da sociedade, independente de barreiras de desigualdade como idade, renda, etnia, gênero ou escolaridade.

O presente Plano de Comunicação e Mobilização Social define a formatação de instrumentos e mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações, documentos, resultados, propostas e produtos do Plano Diretor.

Estratégias e ações de mobilização e de comunicação

É de responsabilidade do município certificar a participação, promovendo ações de mobilização de toda a sociedade civil, técnicos, agentes municipais e demais partes interessadas.

Estão previstas várias formas de participação da população no decorrer do processo de forma presencial e virtual, como audiências públicas; oficinas temáticas; enquete online;

contribuições por e-mail e outras mídias.

Para a mobilização propõem-se as seguintes estratégias:

- Participação do Núcleo Gestor e Coordenação Executiva, constituída por Decreto Municipal, durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor;
- Reuniões de alinhamento e acompanhamento da equipe técnica da Prefeitura.
- Hotsite do processo de elaboração do Plano Diretor no portal online da Prefeitura de Águas da Prata;
- Campanhas para mobilização da população por meio de cartazes fixados em locais públicos, chamadas em rádio e tv, divulgação nas redes sociais como facebook e instagram;
- Questionário participativo com a população, para levantamento de dados sobre o município;
- Uma audiência pública e oficinas temáticas, direcionadas à capacitação da sociedade civil e partes interessadas e discussão de aspectos relativos ao desenvolvimento do Plano Diretor e contribuições à Leitura Diagnóstica Municipal;
- Apresentações públicas e disponibilização dos materiais e conteúdos produzidos ao longo do processo de elaboração.
- Audiência pública para divulgação, discussão e contribuições da sociedade civil às propostas técnicas do Plano Diretor
- Canais abertos de comunicação para contribuição da população por meio de e-mail, formulário digital e outras mídias.

Na primeira Audiência Pública e oficinas temáticas de diagnóstico, será apresentado o diagnóstico da leitura técnica e será realizada a discussão da cidade por meio do mapa do município. Na segunda audiência serão apresentadas para discussão as Propostas Técnicas para o Plano Diretor.

Todos os relatórios e resultados das atividades participativas estarão disponíveis no sítio virtual da prefeitura municipal, por meio do Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Município.

Os quadros a seguir apresentam, em primeiro lugar as atividades participativas, em seguida todas as atividades previstas para comunicação e mobilização.

Atividades participativas previstas		
EVENTO	OBJETIVOS	PÚBLICO-ALVO
Reuniões de trabalho presenciais e virtuais	Discutir a elaboração do Plano Diretor com a Comissão de Acompanhamento do PD. (Núcleo Gestor)	Comissão de Acompanhamento do PD
Disponibilização do Questionário	Aproximar a população das temáticas de planejamento urbano que estarão em pauta durante o processo de elaboração do PD.	Toda a população de Águas da Prata
Plano executivo de trabalho, Plano de mobilização Social e Comunicação e Cronograma Geral.	Disponibilizar o Plano Executivo de trabalho, Plano de Mobilização Social e Comunicação e o Cronograma Geral	Toda a população de Águas da Prata
Lançamento do Plano Diretor de Águas da Prata e do Hotsite que concentra todos os materiais produzidos	Divulgação do processo e cronograma do Plano Diretor e do Portal eletrônico do Plano Diretor	Núcleo Gestor do PD e toda a população de Águas da Prata
Capacitação do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Águas da Prata	Apresentação, sensibilização e capacitação do Núcleo Gestor para a condução do processo participativo	Núcleo Gestor do PD
Primeira Audiência Pública	Apresentação da Leitura Técnica e coleta das contribuições dos participantes, a fim de subsidiar a elaboração da Leitura Técnica e Comunitária.	Toda a população de Águas da Prata
Oficinas Temáticas	Leitura Comunitária da realidade Municipal. Discutir a elaboração do Plano Diretor com as partes interessadas.	Núcleo Gestor do PD, departamentos e diretorias, sociedade civil organizada e população em geral
Segunda Audiência Pública	Apresentar e disponibilizar o Plano de Diretrizes e Propostas (Versão Preliminar)	Toda a população de Águas da Prata
Oficinas Temáticas	Discutir a elaboração do Plano Diretor com as partes interessadas.	Núcleo Gestor, departamentos e diretorias, sociedade civil organizada e população em geral
Abertura do período de envio de contribuições dos cidadãos por e-mail	Ampliar a discussão e captar contribuições para a elaboração do Plano Diretor	Toda a população de Águas da Prata
Divulgação dos resultados das Audiências Públicas e Oficinas Temáticas, Relatórios, e todos os materiais produzidos	Disponibilizar dados e informações da reunião realizada.	Toda a população de Águas da Prata

Eventos a serem realizados

EVENTO	OBJETIVOS	PÚBLICO-ALVO	ESTRATÉGIAS PARA COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	LOCAL DATA
Reuniões de trabalho presenciais e virtuais	Discutir a elaboração do Plano Diretor com a Comissão de Acompanhamento do PD. (Núcleo Gestor)	Comissão de Acompanhamento do PD	A convocação será realizada pelo Município, através de convites, contatos telefônicos e e-mail.	Nenhum.	Prefeitura e Plataformas virtuais
Questionário online	Aproximar a população das temáticas de planejamento urbano que estarão em pauta durante o processo de elaboração do PD.	Toda a população de Águas da Prata	Os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (incluindo rádios, carros de som e mídias sociais) para sensibilizar e informar a sociedade sobre o que é o Plano Diretor e sua relação com a vida da população bem como sua importância da participação direta no processo.	Questionário Online	<i>Plataformas virtuais</i>
Hotsite do Plano Diretor de Águas da Prata	Disponibilizar o Plano Executivo de trabalho, Cronograma documentos produzidos	Toda a população de Águas da Prata	Divulgação do material consolidado no hotsite do Plano Diretor.	Documentos em formato PDF.	hotsite do Plano Diretor
Lançamento do Plano Diretor de Águas da Prata e do Hotsite que concentra todos os materiais produzidos	Divulgação do processo e cronograma do Plano Diretor e do Portal eletrônico do Plano Diretor	Núcleo Gestor do PD e toda a população de Águas da Prata	Deve ser divulgado utilizando os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (rádios, carros de som e mídias sociais).	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos Portal Online a ser providenciado pela municipalidade	Local: Clube da Velha Guarda de Águas da Prata Data: 14/09/23 Horário: 18h30
Capacitação do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Águas da Prata	Apresentação, sensibilização e capacitação do Núcleo Gestor para a condução do processo participativo	Núcleo Gestor do PD	A convocação será realizada pelo Município, através de convites, contatos telefônicos e e-mail.	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos	Local: "a definir" Data: 15/09/23 Horário: 9h00
Primeira Audiência Pública	Apresentação da Leitura Técnica e coleta das contribuições dos participantes, a fim de subsidiar a elaboração da Leitura Técnica e Comunitária .	Toda a população de Águas da Prata	Deve ser divulgado utilizando os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (incluindo rádios, TVs, carros de som e mídias sociais).	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos	Local: a definir Data: 18/01/24 Horário: 18h30
Oficinas Temáticas	Leitura Comunitária da realidade Municipal. Discutir a elaboração do Plano Diretor com as partes interessadas.	Núcleo Gestor do PD, departamentos e diretorias, sociedade civil organizada	A convocação será realizada pelo Município, através de convites, contatos telefônicos, mídias sociais e e-mail.	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos	Local: a definir Data: 19/01/24 Horário: 9h00
Divulgação dos resultados das Audiências Públicas e disponibilização dos Relatórios	Disponibilizar dados e informações dos relatórios e reuniões realizadas.	Toda a população de Águas da Prata	Divulgação do material consolidado no <i>hotsite</i> do Plano Diretor	Material consolidado em formato PDF.	<i>hotsite</i> do Plano Diretor

Eventos a serem realizados

EVENTO	OBJETIVOS	PÚBLICO-ALVO	ESTRATÉGIAS PARA COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	LOCAL
Abertura do período de envio de contribuições dos cidadãos por e-mail	Ampliar a discussão e captar contribuições para a elaboração do Plano Diretor	Toda a população de Águas da Prata	Deve ser divulgado utilizando os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (incluindo rádios, TVs, carros de som e mídias sociais).	Formulário online	Plataformas virtuais
Apresentação e disponibilização do Relatório de Caracterização, Diagnóstico e Mapas Temáticos (Versão Consolidada)	Disponibilizar dados e informações acerca do material informado.	Toda a população de Águas da Prata	Divulgação do material consolidado no <i>hotsite</i> do Plano Diretor.	Material consolidado em formato PDF.	<i>hotsite</i> do Plano Diretor
Segunda Audiência Pública	Apresentar e disponibilizar o Plano de Diretrizes e Propostas (Versão Preliminar)	Toda a população de Águas da Prata	Deve ser divulgado utilizando os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (incluindo rádios, carros de som e mídias sociais).	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos	Local: a definir Data: 16/05/24 Horário: 18h30
Oficinas Temáticas	Discutir a elaboração do Plano Diretor com as partes interessadas.	Núcleo Gestor, departamentos e diretorias, sociedade civil organizada	A convocação será realizada pelo Município através de convites, contatos telefônicos, mídias sociais e-mail	Lista de presença para inscrição dos presentes, material teórico de apoio, registro em fotos (responsabilidade da empresa contratada).	Local: a definir Data: 17/01/24 Horário: 9h00
Abertura do período de envio de contribuições dos cidadãos por e-mail	Ampliar a discussão e captar contribuições para a elaboração do Plano Diretor	Toda a população de Águas da Prata	Deve ser divulgado utilizando os mais variados meios de comunicação com formatos adequados a cada meio (incluindo rádios, carros de som e mídias sociais).	Formulário online	Plataformas virtuais
Apresentação e disponibilização do Plano de Diretrizes e Propostas (Versão Consolidada)	Apresentar e disponibilizar o Plano de Diretrizes e Propostas (Versão Definitiva)	Toda a população de Águas da Prata	Divulgação do material consolidado no <i>hotsite</i> do Plano Diretor.	Material consolidado em formato PDF.	<i>hotsite</i> do Plano Diretor
Entrega da Minuta de Lei do Plano Diretor Municipal e diretrizes para revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e da Lei de Parcelamento	Minuta contendo as diretrizes para o reordenamento territorial (macrozoneamento municipal e urbano) e propostas para garantir o direito à cidade sustentável;	Toda a população de Águas da Prata	Divulgação do material consolidado no <i>hotsite</i> do Plano Diretor.	Material consolidado em formato PDF.	<i>hotsite</i> do Plano Diretor

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ÁGUAS DA PRATA. Termo de Referência para a elaboração do Plano Diretor, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

_____. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 25, de 18 de março de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 mar. 2005a.

_____. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 34, de 18 de março de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 2005b.

[CNMP] CONSELHO NACIONAL MINISTÉRIO PÚBLICO. (2017) Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/visao_360/governanca_e_gestao/gestao/nivel_tatico/planos_diretores/2017PortariaCNMP-SG173_completo.pdf> Acessado em: 21/03/2022.

Goulart, J. O. Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo: instituições contam e a política faz diferença, Cadernos IPPUR. Ano XXII, Nº 1, 99-122, 2008.

[IBGE] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Ministério das Cidades, 2004.

SANTORO, Paula Freire, CYMBALISTA, Renato, CARDOSO, Patrícia de Menezes. Plano diretor: participar é um direito!. São Paulo, Pólis, 2005.